

Esforço para um acordo com o FMI

por Claudia Safatle
de Brasília

O ministro Márcio Mar-ques Moreira garantiu a Michel Camdessus seu empenho para chegar a um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O diretor-geral do FMI também mostrou ao ministro da Economia do Brasil que dispõe de boa vontade para selar um entendimento com o País. O problema não reside mais aí. "Temos de ver, agora, se o que é factível politicamente para o País é aceitável técnica e politicamente pelo Fundo", observou a este jornal uma qualificada fonte da instituição.

Ao longo de uma década de negociações praticamente contínuas, interrom-

pidas apenas durante a gestão do ex-ministro da Fazenda, Dílson Funaro, o governo brasileiro e o FMI conseguiram fechar um acordo em 1983 e 1984 e, posteriormente, um acordo no último trimestre de 1988. Nenhum foi cumprido. "O diretor-geral do FMI também tem suas limitações políticas. Afinal, está envolvida, nesse negócio, a própria credibilidade do Fundo", assinalou a fonte.

O ministro disse estar consciente de todas as restrições. Em maior ou menor grau, "toda a política econômica encontra limitações políticas", alegou. Acha que a negociação com o FMI — sem a qual não vê caminho alternativo — "será dura, mas facilitada pelo empenho do governo bra-

sileiro, da direção do Fundo e do governo norte-americano". Assim, "será uma negociação difícil, mas possível", espera.

PROGRAMA

"Não basta boa vontade. É preciso um programa econômico consistente, que aponte uma trajetória declinante de inflação, metas nominais de política monetária e fiscal que garantam a estabilização. Enfim, é preciso que a sociedade brasileira diga, nesse programa, o que quer", sublinhou uma outra fonte do FMI, que acompanhou de perto as negociações passadas com o Brasil. "O México tinha cerca de 1.400 empresas estatais. No âmbito de um acordo com o FMI, comprometeu-se com a privatização e hoje tem apenas umas 40 empresas públicas. E o Brasil, quantas empresas já privatizou?", indagou a fonte.

Atentos aos últimos movimentos do Congresso Nacional — particularmente à derrubada da Medida Provisória 296, que tratava de um reajuste da tabela do funcionalismo público —, os técnicos do FMI embarcam no final de semana para o Brasil carregados de "incertezas", como disse um dos membros da missão. Vão concluir as avaliações macroeconômicas do Artigo 4 do convênio constitutivo do FMI e "examinar as grandes linhas do programa do ministro Márcio para o futuro". Dadas as condições de fragilidade do apoio político ao governo Collor de Mello, poderão trabalhar junto com a equipe econômica do governo brasileiro num conjunto de medidas "factíveis para passar no Congresso Nacional". Temem, contudo, que a distância entre o "factível politicamente para o País e o aceitável pelo Fundo seja grande", o que dificultaria enormemente um acordo.

O ministro da Economia, em conversa com este jornal, ontem, disse acreditar num espaço de negociação com o parlamento brasileiro. Isso ficou provado, como salientou, em dois episódios recentes: a aprovação pelo Senado Federal do acordo sobre os juros atrasados da dívida externa e do projeto de lei da informática. "A postura do Congresso nesses temas leva a crer que será possível negociar as medidas de reforma fiscal necessárias."

DÉFICIT FISCAL

Ele não menciona números, mas também não descarta a possibilidade de um déficit fiscal para este ano. Garantiu, porém, que a contabilidade do setor público no primeiro semestre ficou equilibrada. Não houve, disse ele, déficit operacional no conceito global, que envolve as contas do Tesouro Nacional, das empresas estatais, dos governos estaduais e municipais e Previdência Social.

Ele precisa de tempo para tocar as reformas estruturais. Pretende implementar uma reforma tributária e fiscal (melhorando as receitas e "a qualidade do gasto"), e, por essa razão, está optando por um acordo prolongado com o FMI: possivelmente um "stand by" para os próximos 18 meses, seguido de um "extended fund facility" de mais 36 meses, que redundariam em cerca de 4 anos e meio de acordo contínuo com o FMI.

A missão que chega a Brasília não final de semana ainda será chefiada pelo economista Thomas Reichman. Esta, porém, será sua última negociação com o Brasil. O novo responsável pela divisão do Atlântico do FMI, o argentino José Fajgenbaum, acompanhará Reichman nessa missão, antes de assumir o comando técnico dos entendimentos com o Brasil.